ANDRÉ SIMÕES CHACON BRUNO

**CRÍTICA DA VIOLÊNCIA:
INCURSÕES SOBRE A VIDA NUA, A EXCLUSÃO E A EXCEÇÃO NO
DIREITO**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Eduardo C. B. Bittar

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo - SP

2018

ANDRÉ SIMÕES CHACON BRUNO

**CRÍTICA DA VIOLÊNCIA:
INCURSÕES SOBRE A VIDA NUA, A EXCLUSÃO E A EXCEÇÃO NO
DIREITO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob a orientação do Professor Associado Dr. Eduardo Carlos Bianca Bittar.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Bruno, André Simões Chacon

Crítica da Violência: Incursões sobre a vida nua, a exclusão e a exceção no direito / André Simões Chacon Bruno ; orientador Eduardo Carlos Bianca Bittar. - São Paulo, 2018.

289 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Graduação em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Filosofia do direito. 2. Crítica da violência. 3. Estado de exceção. 4. Homo sacer. 5. Giorgio Agamben. I. Bittar, Eduardo Carlos Bianca, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por todo o apoio, dedicação e amor incondicionais.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Eduardo C. B. Bittar, fonte inesgotável de respeito, admiração e inspiração, a quem agradeço especialmente por ter acreditado em mim e em meu trabalho, bem como por ter fornecido todas as condições para que esta pesquisa se concretizasse.

A Jairo Neia Lima, professor tornado amigo, que acompanha e incentiva desde o início a minha jornada no mundo acadêmico.

Aos meus amigos de Londrina, Kaio, Rafael, João Luís, Victor Hugo, Heitor e José Eduardo, por me ensinarem, cada qual a seu modo, o que é a verdadeira amizade.

Aos amigos que fiz em São Paulo, especialmente Felipe e Jonathas, companheiros de viagem e de aprendizado, sempre dispostos a uma boa conversa teórica.

Aos membros da minha banca de defesa, por aceitarem o convite e pela generosidade de participar da sua construção.

Aos meus avôs, Dorvalino Simões e Francisco Bruno, in memoriam.

Um dia, a humanidade brincará com o direito, como as crianças brincam com os objetos fora de uso, não para devolve-los a seu uso canônico e, sim, para liberta-los definitivamente dele. O que se encontra depois do direito não é um valor de uso mais próprio e original e que precederia o direito, mas um novo uso, que só nasce depois dele. Também o uso, que se contaminou com o direito, deve ser libertado de seu próprio valor. Essa libertação é a tarefa do estudo, ou do jogo.

Giorgio Agamben

RESUMO

André Simões Chacon Bruno. Crítica da Violência: Incursões sobre a vida nua, a exclusão e a exceção no direito. 2018. 289. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A presente pesquisa, assumindo-se como um exercício de filosofia do direito, tem como principal desiderato promover uma crítica da violência, especialmente a violência que se impõe no campo semântico do direito. A crítica é operacionalizada a partir de três diferentes movimentos: em um primeiro momento, a partir de um diálogo interdisciplinar, procura fazer um diagnóstico do tempo presente, de modo a esclarecer as consequências humanas e os processos de exclusão social que podem ser apreendidos na construção da modernidade, com suas pretensões de ordem e pureza, bem como seus reflexos no âmbito da discussão sobre a pós-modernidade; em um segundo momento, a pesquisa torna ao direito para entender como se deu o seu desenvolvimento na era moderna, na qual é entendido principalmente como instrumento de legitimação do poder e de controle social, especialmente a partir daquela teoria que veio a se tornar o principal paradigma da filosofia do direito na modernidade, o positivismo jurídico, que, devido ao caráter instrumental a que submete o direito, nos oportuniza a promoção de uma crítica da técnica, a qual é, em seguida, radicalizada, tendo como principal referência a crítica da violência de Walter Benjamin, para quem o direito apresentar-se-ia sempre como violência, seja como violência que institui o direito, seja como violência que o mantém; por fim, apresentamos e problematizamos a crítica do dispositivo jurídico promovida pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, a partir de um diálogo contínuo e dialético com as principais obras do autor que tangenciam a temática aqui proposta, o que nos direciona a uma discussão sobre a biopolítica, a vida nua do *homo sacer* e sua relação com o poder soberano, o estado de exceção, o abandono como estrutura originária da norma, promovendo, em seguida, uma crítica dos direitos humanos na era da biopolítica, e, por fim, apresentando a estratégia proposta por Agamben para dissolver o nexos existente entre violência e direito, isto é, a desativação do dispositivo jurídico através da sua profanação, abolindo, desta forma, o seu uso meramente instrumental, liberando, assim, o direito para um novo e livre uso.

Palavras-chave: Filosofia do direito; Crítica da violência; Estado de exceção; Homo sacer; Giorgio Agamben.

ABSTRACT

André Simões Chacon Bruno. Critique of Violence: Incursions on bare life, exclusion and exception in law. 2018. 289. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The present research, assuming itself as an exercise of philosophy of law, has as its main purpose to promote a critique of violence, especially the violence that imposes itself in the semantic field of the law. The critique is operationalized from three different movements: in a first moment, from an interdisciplinary dialogue, it tries to make a diagnosis of the present time, in order to clarify the human consequences and the processes of social exclusion that can be apprehended in the construction of modernity, with its pretensions of order and purity, as well as its reflections in the scope of the discussion on postmodernity; in a second moment, the research turns to the law to understand how its development took place in the modern era, in which it is understood mainly as an instrument of legitimation of the power and of social control, especially from the theory that came to be the main paradigm of the philosophy of law in modernity, legal positivism, which, due to the instrumental character to which it submits the law, allows us to promote a critique of technique, which is, then, radicalized, having as its main reference Walter Benjamin's critique of violence, according to whom law would always appear as violence, either as lawmaking violence, that establishes the law, or as law-preserving violence, that maintains it; lastly, we present and problematize the critique of the juridical machine promoted by the Italian philosopher Giorgio Agamben, from a continuous and dialectical dialogue with the main works of the author that relates to the theme here in question, which leads us to a discussion on biopolitics, the bare life of the homo sacer and its relation to sovereign power, the state of exception, the relation of abandonment as original structure of the norm, to promote then a critique of human rights in the age of biopolitics, and, finally, presenting Agamben's strategy to dissolve the nexus between violence and law, that is to say, the deactivation of the juridical machine through its desecration, thus abolishing its merely instrumental use, freeing the law for a new and free use.

Keywords: Philosophy of law; Critique of violence; State of exception; Homo sacer; Giorgio Agamben.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Por que criticar a violência?	13
CAPÍTULO I - MODERNIDADE E EXCLUSÃO	16
1.1 O contemporâneo, modernidade e civilização	17
1.2 Modernidade, ordem e violência	40
1.3 Modernidade líquida, Pós-modernidade e contemporaneidade	56
CAPÍTULO II - DIREITO E VIOLÊNCIA	76
2.1 A modernidade, o Direito e o Direito moderno	77
2.2 Técnica, positivismo jurídico e crise do Direito moderno	92
2.3 Direito-como-violência e <i>vida nua</i>	106
CAPÍTULO III - VIDA NUA, EXCLUSÃO E EXCEÇÃO NO DIREITO	130
3.1 Biopolítica, poder soberano e vida nua	131
3.1.1 Foucault, poder disciplinar e biopolítica	131
3.1.2 Biopolítica, poder soberano e politização da vida nua	143
3.2 Homo sacer, estado de exceção e <i>bando</i> soberano	155
3.2.1 Homo sacer, poder soberano e <i>vida nua</i>	157
3.2.2 Estado de exceção e relação de exceção como estrutura originária do <i>nomos</i> ..	172
3.3 Direitos do homem na era biopolítica e a potência do direito	193
3.3.1 Os direitos do homem, o campo como paradigma biopolítico e o muçulmano	196
3.3.2 Potência, messianismo e inoperância	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS	264
REFERÊNCIAS	273

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como principal escopo promover uma reflexão sobre a violência, tendo como foco primordial, no entanto, a violência que se situa na esfera semântica do direito. Nesse sentido, promover-se-á uma reflexão interdisciplinar e multifacetada, que levará em conta a construção histórica das instituições, conceitos, ideias e proposições que aqui serão trabalhados, os quais terão, deve-se dizer, uma lógica intrínseca que guiará todo o estudo: a violência que se apresenta em todos estes campos, vinculada, especialmente, às suas consequências humanas.

Nesse desiderato, primeiramente far-se-á uma reflexão orientada a elucidar algumas das principais características do tempo presente, o tempo no qual vivemos, pensamos e escrevemos. Este tempo, a contemporaneidade, que em termos de teoria social é por muitos autores denominada de “pós-modernidade”, razão pela qual este tema merecerá aqui algumas palavras. Estas dar-se-ão no sentido de tentar minimamente precisar o que seria a pós-modernidade e quais as suas relações com a modernidade.

Contudo, não será o caso de se assumir o problema da violência em qualquer destas sujeições. Não será uma crítica da violência moderna, tampouco somente uma crítica da violência pós-moderna. A razão pela qual se justifica trabalhar com estes conceitos é, antes de mais nada, localizar e identificar no caudal de noções que transformaram o mundo como o temos, os diversos arquétipos filosóficos que formaram nossas instituições e configurações sociais, como já dotados de consequências violentas, permeados por uma lógica intrínseca de exclusão. À maneira de exemplo, podem ser citadas as lições de Zygmunt Bauman, o qual identifica o contexto da modernidade como tendo sido guiado e regido pelos ideais de *ordem* e *pureza*, os quais terminaram por refletir uma política de *eliminação da ambivalência*, que, em poucas palavras, reservou ao estranho (ao diferente, ao outro, considerado nestes termos como sujeira), a latrina, os guetos, a pobreza, as cadeias, a marginalidade, enfim, a *exclusão*. Esta lógica da exclusão, por sua vez, não deixará de funcionar na pós-modernidade. No contexto atual, às velhas táticas de exclusão, novas irão se somar, como a exclusão daqueles que não podem participar do inefável jogo do consumo.

Deste modo, em um segundo movimento, promover-se-á uma explanação sobre o nascimento e as principais características do direito moderno. Isto nos permitirá, então,

promover uma crítica da técnica, na medida em que o conceito moderno de direito, submetido às concepções formalistas do direito, terminaram por transformá-lo em uma mera instrumentalidade a serviço da legitimação do poder. Esta mesma instrumentalidade será posta em xeque, em seguida, na exposição da crítica benjaminiana da violência (“*Zur Kritik der Gewalt*”, de Walter Benjamin), o qual propõe existir um nexó irremediável entre violência e direito, tendo em vista a violência ter, no exercício do poder, duas funções primordiais: uma função *instituidora*, que serve para instituir e consolidar uma nova ordem jurídica, e uma função *mantenedora*, que serve para controlar e manter a integridade dessa nova ordem jurídica imposta. Nesse sentido, não se pode deixar de comentar também que este modelo de direito, como expressão autêntica de violência, é um direito fundado na soberania, razão pela qual também se promoverá um diálogo com a doutrina daquele que foi o maior teórico moderno sobre este tema, o jurista alemão Carl Schmitt.

Em um terceiro movimento, trabalhar-se-á com a teoria do pensador que mais se coaduna com a visão particular do autor do presente trabalho, o filósofo italiano Giorgio Agamben. Desta forma, será desenvolvida, neste momento, a tese de como o espaço da *vida nua*, situada originalmente à margem do ordenamento, passou progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção, assim como a violência à qual esta fica submetida. Para tanto, deve-se promover também uma discussão sobre a *biopolítica* aventada por Michel Foucault, uma das maiores referências de Agamben, e que permeia, deve-se observar, toda a sua obra.

Nesta via, será então enfrentada a tese agambeniana segundo a qual a política moderna, inclusive dos Estados democráticos, teria se transformado em um “estado de exceção permanente”, na esteira da trilha sugerida por Walter Benjamin a propósito de sua oitava *tese sobre o conceito de história*. Para ele, o estado de exceção, no qual a *vida nua* era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía, em verdade, o verdadeiro apartamento da tradição política ocidental; o fundamento oculto sobre o qual repousava o inteiro sistema político. Resta saber, deste modo, se a *vida nua*, conforme o étimo, a vida *matável* e *insacrável* do *homo sacer*, é a vida que emerge para todos nós, libera-se na cidade e torna-se simultaneamente o sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos, constituindo-se, desta maneira, no ponto comum tanto da organização do poder estatal quanto da sua emancipação.

No que tange à relação entre o direito e a violência, a relação que mais nos interessa, não pode deixar de ser problematizada a querela da “Luta de gigantes acerca de

um vazio”, o debate realizado entre Walter Benjamin e Carl Schmitt sobre o Estado de exceção. O embate se dá no sentido de que para Benjamin existiria uma violência “*pura*”, que se situa “fora” e “além” do direito e que, como tal, poderia quebrar a dialética entre violência que funda o direito e violência que o mantém. Para Schmitt, entretanto, de modo contrário, há uma violência pura e anômica que se localiza dentro do próprio contexto jurídico. Há que se desenvolver a aludida discussão no desiderato de se desvendar de quais modos as formas da dominação e da violência operam no sistema jurídico-político.

Quer-se saber se todas as mudanças acima comentadas desnudam ou negam o fato de que a exceção é, em verdade, o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão. De modo a se poder proceder a uma crítica da violência legal deve-se, portanto, resgatar sua operacionalidade em seus possíveis sentidos: desvendando a relação inextrincável entre violência e direito, o nexó indissociável entre soberania e violência, a situação dos indivíduos na sociedade do espetáculo e do consumo e, especialmente, a questão mais perigosa que se impõe: o uso abusivo de mecanismos de exceção, ou seja, a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força de lei realiza (isto é, aplica ao desaplicar) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Isto acarretaria, de acordo com Agamben, a formação de espaços anômicos nos quais vigem uma violência presente de forma permanente, ainda que de modo virtual, na figura do *campo*, o paradigma político da modernidade, que tem como principal característica, por sua vez, o fato de transformar o cidadão no novo corpo biopolítico da humanidade.

Por que criticar a violência?

No que tange à escolha do tema, pode-se dizer que ela tenta fazer responder às urgências do presente, especialmente no que toca à situação de violência pandêmica vivida nas cidades modernas. Como se sabe, o Estado moderno reivindicou para si o monopólio dos meios de coerção e concebeu um direito identificado com um *telos*, como instrumento de pacificação social. No entanto, esta função por diversas vezes exacerba seus limites, principalmente quando se verifica a emergência de poderes públicos e privados que comumente desapegam-se dos limites e vínculos a eles estabelecidos e promovem ilegalmente ingerências para benefício próprio. O estudo dos mecanismos pelos quais a violência se introjeta e se manifesta no direito é, pois, imperativa na atualidade, não só para encontrar meios de equilibrar os poderes (entre o público e o privado), mas principalmente para não deixar que os velhos e novos Leviatãs exerçam sua opressão de modo livre sobre os indivíduos, principalmente sobre aqueles mais carentes e desprotegidos.

A importância desta problemática reside, também, deve-se salientar, à emergência da necessidade do estudo dos dispositivos de governo atuais, os quais funcionam largamente baseados em medidas de exceção. A política moderna, nesse sentido, pode ser compreendida na esfera do estado de exceção tomado como paradigma de governo, inclusive por estados democráticos. Entende-se que esta situação não pode ser tolerada, pois ela provoca a subversão do principal imperativo democrático, esvaziando a noção de soberania popular e erodindo a legitimidade dos parlamentos.

Deste modo, com os projetos da modernidade e seus dispositivos espraia-se os refugos, que no caso dos projetos de convívio humano são vítimas as próprias pessoas, as quais, excluídas, tornam-se redundantes, destinadas somente à latrina do mundo moderno (pós-moderno?). Os Estados, usando a lei e sua soberania, escolhem e seletivamente excluem de seus espaços indivíduos “redundantes” (nacionais e/ou estrangeiros, todos aqueles que vivem à margem), relegando, para alguns, *efetivamente*, a condição de *homo sacer*, termo que identifica aqueles que foram excluídos e banidos da proteção da lei pelo poder soberano, e, no entanto, *virtualmente*, possivelmente, para todos os cidadãos.

O excluído por meio da decisão soberana é o *homo sacer* (homem sacro), quer dizer, é aquele que o povo julgou por um delito e que não é lícito sacrificar, mas que, todavia, quem o mata não é condenado por homicídio. Ele habita em uma esfera-limite do agir humano que se mantém unicamente em uma relação de exceção (de suspensão, de

abandono), sendo esta a da decisão soberana, que suspende a lei no estado de exceção e implica nele a *vida nua* (de direitos). A questão que se impõe, portanto, é se no caso brasileiro, haveria o risco de a violência e a exclusão generalizada que aqui se encontra, poder ser entendida a partir do paradigma firmado por Agamben, e se, em nosso caso, seríamos todos potenciais *homo sacer*.

O estudo dos processos atuais de dominação e dos modos de expressão da violência legal tornam-se imperativos para entender a conjuntura moderna brasileira. Em um país qualificado pela carência crônica, pelo subdesenvolvimento, pelo racismo estrutural, por processos políticos escusos, pela recorrente e sistêmica violação de direitos humanos, parece ser o caso de que, no final do espetáculo, o Estado é deixado apenas com as suas necessidades mais básicas: a garantia da segurança jurídica para fins econômicos e o poder de repressão para garantir a exclusão dos marginalizados. Qualquer que seja a função do direito, pode-se dizer que esta, a da repressão, é uma das suas funções mais essenciais, a qual, em nosso país, em seu modo de funcionamento soberano e autoritário, costuma não falhar.

O tema é extremamente atual, pois à mesma indeterminação sobre os atuais mecanismos de introdução, desenvolvimento e tomada da estrutura da exceção sobre o mundo da vida correspondem os modos pelo qual a vida é capturada pela política e às nefastas consequências que podem advir desse processo. Pode-se exemplificar o conteúdo biopolítico das atuais formas-de-vida tanto a partir da proliferação nos ordenamentos dos mecanismos excepcionais de emergência (como o uso do “estado de exceção”, “estado de emergência”, “estado marcial”), como com a emergência de leis como o USA *Patriot Act*, promulgado pelo Senado americano no dia 26 de outubro de 2001, que permite ao *Attorney general* “manter preso” o estrangeiro suspeito de atividades que ponham em perigo “a segurança nacional dos Estados Unidos”, mas que no prazo de sete dias, o estrangeiro deve ser expulso ou acusado de violação da lei sobre a imigração ou de algum outro delito, o que escancara a anulação radical de todo estatuto jurídico sobre a vida de um indivíduo, produzindo dessa forma um ser juridicamente inominável e inclassificável.

Esta situação, a despeito de dizer respeito ao contexto norte-americano, talvez nos seja muito mais próxima que possamos imaginar. Interessa, desta forma, indagar, pensar, criticar. Tentar-se-á promover, nesse sentido, uma *crítica* da violência que se operacionaliza, deve-se frisar, da seguinte forma: em alguns momentos, a partir do sentido que lhe deu Kant, a “*Kritik*” como “delimitação dos limites”, especialmente a partir das implicações da violência enquanto *meio*; em outros, como uma resposta à “*crise*”,

momento no qual não se pode deixar de condenar a violência, especialmente quando se tratar de verificar quais as suas consequências negativas.

A presente pesquisa tem, portanto, por objeto promover uma crítica da violência na contemporaneidade a partir dos autores trabalhados, tendo como principal lastro, no entanto, especialmente no último capítulo, a filosofia do direito agambeniana. Nesse sentido, não possui intenção de meramente repetir adágios teóricos já consagrados, mas sim de questioná-los e problematiza-los, como a relação entre democracia e estado de exceção, o estatuto das declarações formais de direitos na era da biopolítica, a questão da relação de exceção como estrutura originária do poder soberano, as intempéries da(s) vida(s) nua(s) e a situação da democracia e dos direitos humanos nesse ínterim, desenvolvendo e identificando as possíveis consequências advindas desse complexo processo que inunda a política e o mundo da vida. Deve-se pensar, afinal, uma política e em um direito que vem, não mais centrados nessa forma de vida que abandona à *vida nua* o “homem” e o “cidadão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em muitos sentidos, o resultado deste trabalho é uma continuação de projetos de pesquisa anteriormente conclusos. A possibilidade de se promover uma crítica da violência, deve-se dizer, apresentou-se desde as primeiras escavações, não sendo de maneira alguma mera coincidência a construção deste trabalho. Ela foi ganhando contornos mais cada vez mais claros na medida que a cada vez o mesmo problema fundamental continuava aparecendo em cada uma destas questões prévias, todas concernentes, em maior ou menor grau, ao problema de se encontrar as engrenagens ocultas que determinam o destino das pessoas, ou, em outras palavras, de se encontrar os mecanismos, as técnicas e os dispositivos pelo qual se condenam seres humanos a certas realidades intransponíveis. Realidades, como se sabe, quase sempre permeadas pela exclusão e pela violência.

Mas qual seria, então, este problema fundamental, esta questão imanente que tem permeado e incomodado há tanto tempo? Pois não é, senão, o velho problema da soberania. Um problema tão debatido, tão pesquisado, tantas vezes articulado, seja pela teoria política, seja pela filosofia, seja pela parte mais interessada, o direito. Um problema, para muitos, tão passado que já ter-se-ia mesmo tornado, talvez, enfadonho. E, no entanto, foi justamente este enfadonho problema que se colocou em todos os momentos. Era este, afinal, o dispositivo que permitiria com que se articulassem todas as implicações desta pesquisa: a modernidade e os processos de exclusão social nela gestados, e que continuam a produzir seus efeitos, tanto nas suas formas antigas, quanto em formas mais atuais, no tempo presente; o problema de como foi possível que o civilizado ocidente moderno pudesse ter produzido os campos de concentração; a transformação do fenômeno jurídico na era moderna e sua radicalização instrumental; o problema do poder constituinte e do poder constituído, isto é, o problema da violência que institui o direito e da violência que o mantém; o nascimento das disciplinas e do biopoder; e, por fim, o fenômeno da produção da vida nua a partir do corpo a corpo do ser vivente com os dispositivos de poder, especialmente pela forma sub-reptícia do estado de exceção, que sublima sua violência tanto quanto mais não se deixa aparecer em sua existência real.

Se tais questões, diferentes e singulares quanto são, puderam ser articuladas, foi tão somente porque todas compartilhavam, pensa-se, um fundamento oculto: todos compartilhavam, em alguma medida, da excrescência da violência que a fundação de um poder soberano constitui, a qual se espraia pelo corpo social, o corpo do sujeito soberano,

ou seja, o corpo matável e insacrificável da nua existência, na modernidade, o portador mudo da soberania, o cidadão.

A modernidade, como a primeira parte deste trabalho procurou demonstrar, nasceu com intuítos e esperanças extremamente emancipatórias. A libertação do homem dos pesados grilhões da tradição, da pobreza, da situação de extrema necessidade a que estava submetido no período medieval, ou seja, a saída do homem da menoridade, foi possibilitada pela razão instrumental, sem a qual o homem encontrar-se-ia ainda perdido na ignorância e na escuridão. Com sua ajuda o homem, então, sem dúvida conseguiu atingir certos níveis de emancipação, especialmente no que tange à uma libertação do reino da necessidade, a partir de conquistas econômico-materiais.

No entanto, a emancipação que se apresentou no tardar do dia não era aquela imaginada, que traria consigo, através da experimentação e dos avanços da técnica, mais liberdade, mais igualdade, autonomia e autodeterminação. Nas sombras das Luzes, escondia-se, afinal, o seu revés: um aumento vertiginoso das formas de dominação, sujeição e opressão, do homem sobre a natureza, mas, também, sobre o próprio homem. Esta seria, afinal, a sua lógica mais própria, o seu motor interno: produzir, simultaneamente, progresso e regressão, processo este que Adorno e Horkheimer vieram a denominar de “*dialética do esclarecimento*”. E se o que chamamos de civilização, a despeito de todo seu aparente refinamento, pode também se apresentar nestas duas facetas, é precisamente porque ela foi formada nestas mesmas bases, tendo, como tal, as mesmas contradições.

Esta mesma razão, pode-se dizer, quando aplicada ao laboratório dos sítios de pesquisa humanos, isto é, aos projetos de construção social, teve como principais princípios definidores duas daquelas propriedades que, como dizia Freud, certamente se encontravam entre as exigências culturais, a limpeza, ou, melhor, a *pureza*, e a *ordem*. Como se tentou demonstrar a partir da sociologia de Zygmunt Bauman, a modernidade era inimiga declarada da polissemia e da ambivalência. Logo, para a construção da ordem querida e da pureza almejada, evidentemente, algumas substâncias teriam de ser declaradas fora de lugar, caso contrário, não tratar-se-ia da modernidade. Ser moderno diz respeito ao fato de estar justamente consciente desta questão, da inaturalidade da ordem enquanto tal.

Desta forma, o Estado passaria a adotar a nada ingênua função, imposta e legitimada pela autoridade da razão e do imperativo da incessante busca do progresso, do Estado jardineiro, que, como tal, deve dividir as plantas úteis, a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas, das ervas daninhas, a serem removidas ou arrancadas. Eis,

aqui, o problema. No caso dos sítios de construção da ordem social, não se tratam de ervas daninhas, mas seres humanos.

A modernidade, deve-se dizer, está umbilicalmente ligada, com seus meta-projetos de ordenação e pureza, a radicais processos de exclusão social, de modo que, embora as tarefas da modernidade venham a sofrer algumas mutações, nesta transição que situacional que Bauman, junto com outros, vieram a denominar de “pós-modernidade”, jamais restaram abandonadas. Devido ao caráter diferenciado da modernidade no tempo presente, que não se pode dizer que seja menos moderna, mas tão somente moderna “de um jeito diferente”, Bauman promove, então, uma mudança nesta nomenclatura, a fim de que melhor se adeque à realidade a qual faz referência.

Se a modernidade contra a qual Adorno e Horkheimer escreveram era pesada, lenta, prenhe de intentos totalitários, e que tinha entre seus principais demônios a fábrica fordista, a busca cega pela eficiência burocrática, a polivalente tecnologia política de controle baseada no *panóptico*, a constante vigilância do Grande Irmão orwelliano e o intestemunhável horror dos campos de concentração, a modernidade que agora se pode observar é bem diferente. Em relação à outra, esta modernidade é fluida, líquida, rarefeita. Ela será definida, por sua vez, por dois principais princípios: nesta, já não há mais filosofia da história, ela já não acredita mais em uma estação final no caminho que segue a humanidade. Nesse sentido, não haveria no final do túnel nenhum tipo de sociedade boa, mais justa, mais igualitária e sem conflitos. É, logo, a era do fim das metanarrativas. No que tange ao segundo princípio, este está ligado às permanentes demandas de desregulamentação e privatização das tarefas modernizantes. Não há, desta maneira, nenhuma tarefa coletiva, a não ser a responsabilidade de cada um em encontrar respostas individuais para problemas sistêmicos. O que é, evidentemente, como ressalta Bauman, impossível.

Esta seria a época, no entanto, da radicalização da liberdade. Nela vige uma irrestrita liberdade, especialmente para aproveitar as possibilidades oferecidas pelo livre mercado, logo, uma irrestrita liberdade para consumir. O que implica diretamente na condição política pós-moderna. Se na modernidade antiga o trabalho era a questão central, o ponto focal na definição das identificações culturais, ligado à luta de classes, nesta nova condição a questão cultural é identificada a partir não do trabalho, mas do tempo gasto no lazer e na quantidade de dinheiro empregada no consumo. Com efeito, este passa a ser o critério definidor da pureza pós-moderna: a habilidade e possibilidade de se poder ou não jogar o inefável jogo do consumo. Como consequência, se apresenta então a lógica

resultante da preocupação pós-moderna: a tendência cada vez mais acentuada em se criminalizarem os problemas socialmente produzidos, em prol dos “bons consumidores”, para o pesadelo dos demais, considerados consumidores “falhos”...

Surge, então, em seguida, o problema daquilo que fornece a sustentação político-institucional de todo este sistema, isto é, o direito. O direito gestado na modernidade, como ficou demonstrado no segundo capítulo do trabalho, desembocou em um modo específico de controle social, orientado para a regulação das liberdades e dos problemas sociais, correspondendo às necessidades de previsibilidade e segurança jurídica exigidas pela afirmação da ordem liberal e do modelo capitalista. O direito, desta forma, irá progressivamente se distanciar de suas bases tradicionais ligadas ao direito natural, de modo que as ordens jurídicas passam a se fundamentar e regular por meio de leis de caráter racional, formal e genérico, o que termina por evidenciar o caráter instrumental do direito. O direito racional é, como um autêntico produto moderno, também guiado pela mola propulsora do progresso, o que, neste contexto, irá significar a progressiva positivação do direito e, também, a progressiva eliminação de qualquer forma de direito que não seja aquele imposto pelo Estado.

Este processo de estatização do direito, por sua vez, já trazia os indícios daquele paradigma da filosofia do direito que, tendo como preeminência a lei positivada, iria se tornar a maior dispersora de tendências na modernidade, o positivismo jurídico. Este conceito, que neste trabalho apareceu principalmente a partir da figura do seu maior expoente, o jurista austríaco Hans Kelsen e a sua Teoria Pura do Direito, conforme por ele proposto, tem uma forte orientação positivista-normativista, na qual subjaz uma ideia de legalidade e de um ordenamento jurídico sistematizado de fontes jurídicas, escalonado, hierárquico, positivado, coativo, rigidamente organizado na distribuição de competências, podendo ser entendido, de certa forma, como uma radicalização do modelo de legitimação do poder a partir da dominação legal-racional de que falava Max Weber.

Por se centralizar demasiadamente e unicamente na norma, um tal conceito de direito termina por promover um esvaziamento da noção de direito, preparando, assim, o terreno para o aparecimento de uma noção de direito *tecnicizada*, esvaziada de qualquer conteúdo axiológico, preocupada somente com a dimensão da positividade. Desta forma, pode-se dizer que a legitimidade do positivismo se radica somente na obediência, prescindindo de quaisquer outros suplementos. Desta maneira, a legitimidade se confunde com efetividade, e a violência passa a ser entendida como forma de exercício legítimo do

poder, o que evidencia, ainda mais, o caráter meramente ideológico e tão somente instrumental do direito moderno.

É, afinal, esta instrumentalidade que é colocada em julgamento por Walter Benjamin, naquele que se considera um dos documentos mais importantes na história da filosofia do direito, a sua *crítica da violência*. A partir da sua crítica, que tem a genial percepção de que o direito quer, acima de tudo, proteger a si mesmo, negando a possibilidade da consecução dos fins naturais dos indivíduos quando estes possam ser alcançados por meio da violência. O que o direito teme é, deve-se dizer, a violência que surge dentro de si mesmo, que urge se impor e selar uma nova paz com a sua vitória, pois é esta mesma que o ameaça. Com efeito, tendo como base estas observações, Benjamin irá identificar duas funções essenciais da violência: a violência que tem como objetivo instituir uma ordem jurídica (ou seja, um poder constituinte), que Benjamin chama de violência *instituidora*, e, uma segunda função da violência, que visa a manter o monopólio deste poder vencedor, isto é, uma função *mantenedora* (um poder constituído). Desta maneira, de acordo com Benjamin, toda a instituição de um direito, enquanto instituição de um poder político, estará sempre implicada com a violência. Uma violência que ora se põe como instituinte, ora como mantenedora, mas que possuem, de qualquer maneira, o mesmo fim, e que na consecução deste fim, se utilizam do mesmo meio (a violência). Isto leva Benjamin, então, a enunciar uma terceira função da violência, uma *violência pura*, revolucionária, que não instituiria nem manteria o direito, mas, sim, depô-lo-ia.

Para Benjamin, vale também ressaltar, é falso o postulado de que a existência em si está acima da existência justa, na medida em que existir signifique somente a *vida nua*, pois, para ele, de nenhum modo o ser humano pode se identificar com a *mera vida*, de modo que, por mais sagrada que seja a pessoa humana, não são sagrados os seus estados-de-vida e nem seus corpos, sendo estes, afinal, vulneráveis à ação dos outros. Isso leva Benjamin, então, a propor ainda um programa de pesquisa: a investigação sobre as origens do dogma do caráter sagrado da vida. Programa este que, como se viu, foi seguido à risca por Giorgio Agamben.

A sacralidade da vida foi, com efeito, o primeiro dos problemas com o qual Agamben teve de lidar na consecução do primeiro tomo da série *Homo sacer*, livro no qual o autor definitivamente adentrou nas esferas da política e do direito. E, desta maneira, o que o autor encontrou como resultado de suas pesquisas é que a vida sagrada é somente a *vida nua*, isto é, a *vida matável e insacrificável* do *homo sacer*, a vida que constitui o núcleo originário, ainda que encoberto, do poder soberano. A *vida nua* é a vida presa no

bando soberano, e, conforme Agamben, pode-se dizer que a produção deste corpo biopolítico seja mesmo a contribuição originária do poder soberano, o fundamento mudo e oculto que suporta todo o ordenamento.

No entanto, a acepção da biopolítica por parte de Agamben é, como se salientou, muito diferente do sentido que lhe foi dado por Michel Foucault. Para Foucault, a biopolítica é um fenômeno relacionado ao nascimento do Estado moderno. Trata-se, para ele, de mais uma espécie de técnica de dominação, que surge com o fenômeno da população e da governamentalidade, às quais se somam o poder *normalizador* das disciplinas e o poder *legislador* da soberania. Diferentemente, para Agamben a biopolítica é um fenômeno intrínseco à experiência política ocidental desde os seus primórdios, sendo constitutiva da própria política ou das relações de poder político. Entende-se, deste modo, que para Agamben a biopolítica tem uma dimensão *ontológica*, enquanto que, para Foucault, não se poderia falar da biopolítica a não ser como experiência da política a partir do século dezoito. Esta seria a razão também pela qual, para Agamben, a biopolítica (*fazer viver e deixar morrer*) não pode ser desvinculada da teoria da soberania (*fazer morrer e deixar viver*), enquanto que, para Foucault, a teoria da soberania, embora seja contemporânea da biopolítica, dela se distingue claramente.

Para Giorgio Agamben, o fenômeno fundamental da política ocidental é o fenômeno *da politização da vida nua*. Desta forma, para o autor, os conceitos de soberania e de poder constituinte, que estão no centro da política ocidental, devem ser, senão abandonados, aos menos, repensados. Pois, para o autor, eles assinalam o ponto de indiferença entre violência e direito, natureza e *logos*, próprio e impróprio, e, enquanto tais, não designam nenhum atributo ou órgão específico do ordenamento jurídico ou do Estado. Eles assinalam, na realidade, a sua estrutura original. A soberania supõe que exista um nexo *indecidível* entre a violência e o direito, o vivente e a linguagem, e que este nexo deve se dar na forma paradoxal de uma *decisão sobre o estado de exceção*, como diria Carl Schmitt, ou na forma de um *bando*, na suposição de Jean-Luc Nancy, isto é, mecanismos que permitem que a lei (a linguagem) possa se manter em relação com o ser vivente a partir do seu abandono, retirando-se dele, *abandonando-o*, assim, à sua própria violência e irrelatez.

Distanciando-se tanto de Carl Schmitt, quanto de Hans Kelsen, Agamben irá então propor que a verdadeira estrutura da norma jurídica não seria nem a decisão, tampouco a norma, mas sim a relação de *abandono*, isto é, a relação de exceção (a *exceptio*). Esta se relaciona à potência da lei de permanecer em relação com um

pressuposto irrelato, ou seja, mantendo relação com o que dela foi excluído a partir da sua própria suspensão. Nesse sentido, a lei literalmente “captura fora” (*ex-capere*), por meio de uma “inclusão exclusiva”, ou, igualmente, de uma “exclusão inclusiva”.

Desta forma, uma das teses apresentadas por Giorgio Agamben é a de que a estrutura política fundamental em nosso tempo é o *estado de exceção*, o qual emerge sempre em primeiro plano e se torna, por fim, a regra. Este *ilocalizável*, para o autor, funciona não na lógica normal do ordenamento jurídico, como no caso do direito penal, mas sim no paradigma do *estado de exceção*, razão pela qual ele pode ser representado pela noção de *campo*. O estado de exceção, conforme se viu, implica na criação de um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei (que deveria, portanto, ser escrita, força de ~~lei~~). Neste espaço, há uma força de ~~lei~~ (grifada, para indicar uma efetividade real sem vigência formal, pois a lei, como tal, está suspensa) na qual ato e potência (aplicação e norma) encontram-se radicalmente separados, pois neste caso há uma máxima aplicação da norma sem norma, e vice-versa.

O estado de exceção (ainda que não formalmente declarado), de acordo com o autor, passa a ser um fenômeno cada vez mais comum no cotidiano das democracias. A isto, Agamben denomina de totalitarismo moderno, termo que denota o fato de se utilizar mecanismos de exceção para promover uma espécie de guerra civil legal contra inimigos políticos e cidadãos indesejados, ou seja, todos aqueles marcados pelo signo da ambivalência, que não se encaixam em uma ordem planejada e querida. Como observou Agamben, toda sociedade fixa um limite, toda sociedade, até mesmo a mais moderna, decide quais são os seus “*homo sacer*”. É possível que este limite, no entanto, do qual depende a politização da *vida nua* e a inclusão-exclusiva da *vida nua* natural na ordem jurídica estatal não tenha feito mais do que alargar-se na história do ocidente e passe contemporaneamente, no horizonte biopolítico dos Estados-nação, necessariamente ao interior de toda vida humana e de todo cidadão, pois, como afirmou o autor, é como se a *vida nua* não estivesse mais confinada as espaços particulares, habitando, em verdade, o corpo biológico de cada ser vivente.

Como resultado, Agamben propõe a tese radical que na modernidade seríamos todos, virtualmente, *homini sacri*, isto é, meras *vidas nuas* à disposição do poder soberano, sendo, como tal, matáveis e insacrificáveis. Deve-se isto ao fato de que, para o autor, o que está sempre em questão nas democracias modernas é, com efeito, a vida nua do cidadão, o novo corpo biopolítico da humanidade, o que o leva a promover uma crítica radical dos direitos humanos. De acordo com o autor, a partir do momento em que, com a Declaração

de direitos do homem e do cidadão, se elegeu o puro fato do nascimento como o fundamento da soberania estatal, transformando o *homem* em *cidadão*, nasceria aí uma dialética em que, deste momento em diante, nunca mais um coincidiria com o outro. Como demonstrou Hannah Arendt, ao ligar os direitos do homem ao Estado, o declínio do segundo automaticamente proclamou o declínio dos primeiros. Seria preciso pensar, então, de acordo com Agamben, uma política e um direito completamente libertos da soberania e da mera instrumentalidade do direito, a qual termina por condenar o direito a um caráter fundamentalmente violento. Esta é razão pela qual o autor procura, constantemente, a esfera dos meios *puros*, meios *sem fim*, isto é, meios que se relacionam com um fim de outra forma que não como meros e simples meios, quebrando, desta forma, com a lógica da razão instrumental.

Tendo em mente a relação estruturada por Benjamin, especialmente no que tange à conexão entre as duas funções da violência (instituidora e mantenedora), para Agamben, o que revelar-se-ia na conexão entre violência e direito é que *a violência, em si mesma, seria o único conteúdo real do direito*. Nesse sentido, para Agamben, não é mero acaso que Benjamin, num certo momento de seu ensaio, ao invés de procurar definir a *violência divina*, em um movimento aparentemente brusco, escolha se concentrar sobre aquele que é o portador do nexo entre a violência e o direito, ou seja, o que ele chama de “*vida nua*”. Para o autor, seria precisamente esta a função da violência divina benjaminiana: abrir a possibilidade de uma ação humana que se situe fora de toda relação com o direito, ação que não ponha, que não execute ou que não transgrida simplesmente o direito, mas que o *de-ponha*, dissolvendo, assim, o nexo mítico que une o direito à violência.

Assim, a propósito deste exercício de se encontrar uma esfera do direito humano em que esta relação já não mais esteja vigente, isto é, uma esfera livre do *bando* soberano, Agamben irá pensar esta a relação a partir de dois paradigmas: o paradigma da *potência*, que tem como principal figura Bartleby, o escrevente que não escreve, e, também, a partir do paradigma messiânico, segundo o qual a resolução da lei não reside na sua destruição, mas na sua *desativação*, no seu *tornar inoperante*, estado em que a lei se encontra, ao mesmo tempo, suspensa e realizada. Por fim, Agamben sugere a estratégica política da *profanação*: talvez o ponto de mutação seja exatamente este, profanar os dispositivos, abolindo seu uso canônico e, desta forma, liberando-os para um novo e livre *uso*.

No final do excursus, não se sabe se a crítica foi, afinal, bem-sucedida. No entanto, não se trata de se encontrar todas as respostas, mas sim de, exercitando a potência do pensamento, tentar encontrar novas formas, novos *usos*, mais livres e menos violentos.

Entre tantas dúvidas, apenas uma certeza, afinal, resta. A certeza de que, como sugere Hannah Arendt, “Se os homens desejam ser livres, é precisamente à soberania que devem renunciar”.¹⁰⁹²

¹⁰⁹² Arendt, *Entre o passado e o futuro*, 2013, p. 213.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. *Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *O aberto. O homem e o animal*. Tradução de Pedro Mendes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. *O tempo que resta: um comentário à Carta aos Romanos*. Tradução de Davi Pessoa e Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Tradução de António Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. *Stasis: La guerra civile come paradigma politico. Homo sacer, II, 2*. 01 ed. Italia: Bollori Boringhieri Editore, 2015.

_____. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Tradução de Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. *Bartleby, ou da contingência*. In: AGAMBEN, Giorgio; MELVILLE, Herman. *Bartleby, ou da contingência*. Tradução de Vinicius Honesko. – seguido de *Bartleby, o escrevente*. Tradução de Tomaz Tadeu. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. *Nudez*. Tradução Davi Pessoa Carneiro. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *Altíssima pobreza: regras monásticas e formas de vida*. Tradução de Selvino J. Assmann. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. O que é um dispositivo?. In: *O amigo & O que é um dispositivo?*. Traduzidos por Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2014.

_____. Como a obsessão por segurança muda a democracia. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, publicado em 01 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/como-a-obsessao-por-seguranca-muda-a-democracia>. Acesso em: 07 de abril de 2018.

_____. *O homem sem conteúdo*. Tradução, notas e posfácio de Cláudio Oliveira. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. *A comunidade que vem*. Tradução e notas de Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. *O reino e a glória : uma genealogia teológica da economia e do governo : homo sacer, II*, 2. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. *Signatura rerum: Sobre el método*. Traducción de Flavia Costa y Mercedes Revituso. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

_____. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Tradução de Selvino. J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Profanações*. Tradução e apresentação de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A linguagem e a morte: um seminário sobre o lugar da negatividade*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. Entrevista com Giorgio Agamben. *Rev. Dep. Psicol., UFF*, Niterói, v. 18, n. 1, p. 131-136, Junho 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Mar. 2018.

_____. *Entrevista concedida à Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 set. 2005. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1809200505.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. *Estado de exceção*. Tradução Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

_____. *Sobre a violência*. Tradução de André Macedo Duarte. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. *Eichmann em Jerusalém*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARISTÓTELES. *De Anima*. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Ed. 34, 2006.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Antonio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Editora Vega, 1998.

_____. *Física*. Introducción, traducción y notas de Guillermo R. De Echandía, Madrid: Editorial Gredos, 1995.

_____. *Metafísica*. Introducción, traducción y notas de Tomás Calvo Martínez. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

_____. *Ética nicomáquea. Ética eudemia*. Traducción y notas de Julio Palli Bonet. Madrid: Editorial Gredos, 1985.

ASSMANN, Selvino José; BAZZANELLA, Sandro Luiz. *A máquina/dispositivo política: a biopolítica, o estado de exceção, a vida nua*. In: LONGHI, Armino José. Filosofia, política e transformação. São Paulo, SP: LiberArs, 2012.

ASSMANN, Selvino José. Apresentação. In: AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Tradução e apresentação de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARBOSA, Jonnefer. *Política e tempo em Giorgio Agamben*. São Paulo: EDUC, 2014.

_____. A crítica da violência de Walter Benjamin: implicações histórico-temporais do conceito de reine Gewalt. Rev. Filos., *Aurora*, Curitiba, v. 25, n. 37, p. 151-169, jul./dez. 2013. <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/rf?ddl=12322&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

BARBOSA, Wilmar do Valle. *Tempos Pós-Modernos*. In: Lyotard, Jean-François. A Condição Pós-Moderna. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Posfácio Silviano Santiago. 16ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

BARSALINI, Glauco. *Direito e política na obra de Giorgio Agamben: soberania e estado de exceção permanente*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Collateral Damage: social inequalities in a global age*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011.

_____. *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Modernidade e ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Revisão técnica Luís Carlos Friedman. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Modernidade e holocausto*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BENDERSKY, Joseph W. *Carl Schmitt, Theorist for the Reich*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1983.

BENJAMIN, Walter; SCHOLEM, Gershom. *The Correspondence of Walter Benjamin and Gershom Scholem: 1932-1940*. Translated by Gary Smith and Andre Lefevre. New York: Schocken Books, 1989.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Edição e tradução de João Barrento. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. *Sobre a crítica do poder como violência*. In: *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. *Rua de mão única : Infância berlinense : 1900*. Edição e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 8. ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. Sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio : uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. Tradução das Teses por Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

BENVENISTE, Emile. *Vocabulario de las instituciones indoeuropeas*. Madrid: Taurus, 1983.

BERCOVICI, Gilberto. *Soberania e Constituição: Para Uma Crítica do Constitucionalismo*. 2. edição. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

_____. *Constituição e estado de exceção permanente*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

BITTAR, Eduardo C. B. *Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

_____. *O Direito na Pós-Modernidade*. 3. ed. modificada e atualizada. São Paulo: Atlas, 2014.

BITTAR, Eduardo C. B. *Democracia, Justiça e Emancipação Social: Reflexões Jusfilosóficas a partir do pensamento de Jürgen Habermas*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

_____. Ética, técnica e direitos humanos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Revista de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, n. 103, p. 139-182, jul. dez. 2011.

BOBBIO, Norberto. *Jusnaturalismo e positivismo jurídico*. Tradução Jaime A. Classen. Revisão Técnica Marcelo Granato. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; Instituto Norberto Bobbio, 2016.

_____. *Direito e poder*. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. *O positivismo jurídico: Lições de filosofia do direito*. Compiladas por Nello Morra. Tradução e notas de Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 2006.

BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2012.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. London: Verso, 2004.

_____. Guantanamo Limbo. In: *The Nation*, publicado em 14 de março de 2002. Disponível em: < <https://www.thenation.com/article/guantanamo-limbo>>. Acesso em: 11 de mar de 2018.

CARONE, Modesto. In: *Essencial Franz Kafka*. Seleção, introdução e tradução de Modesto Carone. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico: sofística, filosofia, retórica, literatura*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo: Ed. 34, 2005.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

_____. *Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência*. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. 1. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado*. Tradução de Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992.

CHUEIRI, Vera Karam de. Agamben e o estado de exceção como zona de indeterminação entre o político e o jurídico. In: *Crítica da modernidade: diálogos com o direito*. FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

DE BOEVER, Arne. Sovereignty. In: *The Agamben Dictionary*. Murray Alex and Whyte Jessica (ed). Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011.

DE LA DURANTAYE, Leland. *Giorgio Agamben: a critical introduction*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

DEL VECCHIO, Giorgio. *Lições de filosofia do direito*. 5. ed. Tradução de Antonio José Brandão. Coimbra: Arménio Amado, 1979.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

DUARTE, André. Hannah Arendt e a exemplaridade subversiva: por uma ética pós-metafísica. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, São Paulo, n. 9, p. 27-48, June 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64768/67385>>. Acesso em: 06 apr. 2018.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DUNNING, Eric; MENNELL, Stephen. *Prefácio à edição inglesa*. In: Elias, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Editado por Michale Scröter. Tradução, Álvaro Cabral. Revisão técnica, Andrea Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, v. 1.

_____. *O processo civilizador*. Tradução da versão inglesa, Ruy Jungmann. Revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

_____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Editado por Michale Scröter. Tradução, Álvaro Cabral. Revisão técnica, Andrea Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ENDO, Paulo Cesar. *A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FONSECA, Ricardo Marcelo. O positivismo, “historiografia positivista” e história do direito. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho/PR, n. 10, p. 143-166, fev. 2013. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/131>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o direito*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *O Que São as Luzes?* In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização e seleção dos textos Manoel de Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FRANÇA. Constituição de 1791. Disponível em: <<http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-de-1791.5082.html>>. Acesso em: 16 abr. 18.

FRANÇA. Declaração de direitos do homem e do cidadão. 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 07 de jun. 18.

FREITAG, Barbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. In: *Obras completas*, v. 11. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução de Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. *Notas da editora*. In: BENJAMIN, Walter. Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921). Organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução de Susana Kampf Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013.

_____. Apresentação. In: AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo sacer III)*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

GIACIOIA JUNIOR, Oswaldo. *Prefácio*. In: BARSALINI, Glauco. Direito e política na obra de Giorgio Agamben: soberania e estado de exceção permanente. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2013.

_____. Notas sobre direito, violência e sacrifício. *DoisPontos*, Curitiba, São Carlos, vol. 5, n.2, ps. 33-47, out., 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/14659/9838>>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. Sobre direitos humanos na era da bio-política. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 49, n. 118, p. 267-308, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun 2018.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUARDINI, Romano. *O fim dos tempos modernos*. Tradução de M. S. Lourenço. Lisboa: Moraes Editora, 1964.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria e práxis: estudos de filosofia social*. Tradução e apresentação de Rúrion Melo. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. O conceito de dignidade humana e a utopia realista dos direitos humanos. In: *Sobre a constituição da Europa: um ensaio*. Tradução de Denilson Luis Werle, Luiz Repa e Rúrion Melo. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17ª. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. In: *Ensaaios e conferências*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Márcia Sá Cavalcante Schuback. 8. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Organizado por Richard Tuck. Tradução por João Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Claudia Berliner. Revisão da tradução por Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Do cidadão*. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOBBS, Eric J. *Era dos extremos: o breve século xx: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. Revisão Técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

HUBERT, Henri; MAUSS, Marcel. *Sobre o sacrifício*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

JESI, Furio. A festa e a máquina mitológica. In: *Boletim de pesquisa NELIC*, Florianópolis, v. 14, n. 22, p. 26-58, 2014|.

JHERING, Rudolf Von. *O espírito do direito romano: nas diversas fases do seu desenvolvimento*. Tradução de Rafael Benaion. Prefácio de Clóvis Beviláqua. Primeiro volume. Rio de Janeiro: Alba, 1943.

KAFKA, Franz. Diante da lei. In: *Essencial Franz Kafka*. Seleção, introdução e tradução de Modesto Carone. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

_____. *O processo*. Tradução e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. O novo advogado. In: *Um médico rural: pequenas narrativas*. Tradução e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Considerações sobre o pecado, o sofrimento, a esperança e o verdadeiro caminho*. Tradução e nota introdutória de Cristina Terra da Mota. Lisboa: Hiena Editora, 1992.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento? In: *Textos seletos*. Edição Bilíngue. Tradução do original alemão por: Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão. Ed. Vozes, 2ª edição, Petrópolis, 1985.

KELSEN, Hans. *Teoria geral do direito e do Estado*. Tradução Luís Carlos Borges. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. *Teoria pura do direito*. Tradução João Baptista Machado. 8ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LARENZ, Karl. *Metodologia da ciência do direito*. Tradução de José Lamago. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 3. ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2013.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história: lições introdutórias*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio : uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. Tradução das Teses por Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Posfácio Silviano Santiago. 16ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Apresentação e posfácio de Daniel Bensaïd. Tradução Nélío Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATOS, Olgária C. F. Modernidade: república em estado de exceção. *REVISTA USP*, São Paulo, n.59, p. 46-53, setembro/novembro, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13275/15093>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

_____. *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo*. São Paulo: Moderna, 1993.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELVILLE, Herman. *Bartleby, o escrevente*. In: AGAMBEN, Giorgio; MELVILLE, Herman. *Bartleby, ou da contingência*. Tradução de Vinicius Honesko. – seguido de *Bartleby, o escrevente*. Tradução de Tomaz Tadeu. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MENNELL, Stephen. *O Reverso da Moeda: Os Processos de Descivilização*. In: Garrigou, Alain; Lacroix, Bernard (orgs.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MOLAD, Yoni. *Debord, Guy*. In: *The Agamben Dictionary*. Murray Alex and Whyte Jessica (ed). Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011.

_____. *Expropriation*. In: *The Agamben Dictionary*. Murray Alex and Whyte Jessica (ed). Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011.

MORRISON, Wayne. *Filosofia do direito: dos gregos ao pós-modernismo*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. Revisão técnica Gildo Sá Leitão Rios. 2ª.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. *Do fim da experiência ao fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben*. São Paulo, SP: LiberArs, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida. Segunda consideração extemporânea*. Organização e tradução de André Itaparaca. São Paulo: Hedra, 2017.

PANOSFKY, Erwin. *Estudos de Iconologia. Temas humanísticos na Arte do Renascimento*. Tradução de Olinda de Souza. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 43-73, jun. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 30 abr. 2018.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHMITT, Carl. *Dictatorship. From the Origin of the Modern Concept of Sovereignty to the Proletarian Class Struggle*. translated by Michael Hoelzl and Graham Ward, Cambridge: Polity Press, 2014.

_____. *Teologia política*. Tradução de Elisete Antoniuk. Coordenação e supervisão Luiz Moreira. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e Theodor Adorno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Walter Benjamin: o Estado de Exceção entre o político e o estético. *Outra travessia*, Florianópolis, n. 5, p. 25-38, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12579>>. Acesso em: 12 July 2017.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Conhecimento e Razão Instrumental. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 11-31, jan. 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107575>>. Acesso em: 14 out. 2017.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THOMAS, Yan. Vitae necisque potestas. Le père, la cité, la mort. In: Du châtiment dans la cité. Supplices corporels et peine de mort dans le monde antique. Table ronde de Rome (9-11 novembre 1982), *Publications de l'École française de Rome*, 79, Rome : École Française de Rome, pp. 499-548, 1984. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/efr_0000-0000_1984_act_79_1_2546>. Acesso em: 26 mai. 2018.

VILLEY, Michel. *Filosofia do direito: definições e fins do direito: os meios do direito*. Prefácio de François Terré. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. Revisão técnica de Ari Solon. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Cohn. 4ª ed. 4ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, v. 1.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Cohn. 4ª ed. 4ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, v. 2.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WEBER, Samuel. Taking Exception to Decision: Walter Benjamin and Carl Schmitt. In: *Diacritics*, vol. 22, n. 3/4, Commemorating Walter Benjamin, ps. 5-18, Autumn – Winter, 1992.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Tradução do alemão por Lilyane Deroche-Gurcel. Tradução do francês por Vera de Azambuja Harvey. Revisão técnica por Jorge Coelho Soares. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do Real! : cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.